

**Ex. Sr. Dr. de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS.**

**ARTE MANÍACOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.227.233/0001-07, com sede na Av. Ipiranga, nº 8691 – Box 24 – Bairro Partenon – Porto Alegre/RS – CEP 91530-001, por seu procurador e advogado infra-assinado, vem, respeitosamente, diante de V. Exa., com fundamento na Art. 105 da Lei 11.101/2005, formular o presente pedido de **AUTOFALÊNCIA**, o que faz sob fundamentos de fato e de direito expostos a seguir:

## **I – DAS RAZÕES DO PEDIDO**

A empresa, objeto deste pedido, foi constituída em 20/03/2012 sob a forma de sociedade limitada, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial RS, cujo objeto social da empresa é Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação, especificamente com comercialização de capinhas e acessórios para celulares, e nos termos da redação recentemente atualizada da Lei de Falências (Lei 11.101/2005) em seu Art. 105, vem requerer a falência pelo próprio devedor (autofalência).

Com advento da crise mundial da Pandemia de COVID-19, o segmento perdeu gigantesca parcela de mercado, sucumbindo à expressiva queda do faturamento nos últimos anos.

Para tentar se estabilizar, nos últimos 2 (dois) anos, a empresa passou por uma reestruturação em seu maquinário, adquirindo equipamentos mais modernos e capazes de atender às novas e crescentes demandas, buscando para isso crédito e empréstimos bancários.

No entanto, após um período de estagnação, marcado pelo aprofundamento da recessão em razão da pandemia, por constantes aumentos das taxas de juros, pela falta de crédito e pela incontrolável subida do dólar, a economia brasileira viu-se em queda vertiginosa, atingindo dos grandes fornecedores aos pequenos consumidores.

Além disso, a concorrência com *players* que atuam no segmento em larga escala e além fronteiras, com custos logísticos e operacionais de menor impacto, obrigou a demandante a operar com margens negativas, culminando com perda de mercado e, conseqüentemente, com incapacidade a fazer frente ao custo demandado pela operação.

Este quadro refletiu diretamente na quebra da expectativa de retorno aos investimentos, não alcançando o ponto de equilíbrio planejado pelo requerente, conforme se comprova pelas demonstrações contábeis referentes aos 3 últimos exercícios sociais.

Para tentar sanar a falta de capital e giro, o requerente buscou empréstimos financeiros em instituições bancárias com taxas e juros exorbitantes, gerando uma quebra de caixa irreversível, sepultando qualquer tentativa e interesse de optar por uma Recuperação Judicial, motivo pelo qual a requerente está certa de que autofalência é o processamento mais adequado no caso em tela.

Em meio a esse cenário de dificuldades foram inúmeros os aportes feitos pelos sócios – o que justifica os créditos destes em relação à sociedade – todavia, esse capital não foi capaz de sanar o déficit, fazer frente às despesas operacionais e, tampouco, reverter o quadro negativo.

Importante salientar que a requerente não carregada consigo nenhum passivo trabalhista, de forma que seus credores se tratam de fornecedores, Fisco e Instituições Bancárias, facilitando assim o processo e a decretação falimentar, conforme anexo de relação de dívidas e credores juntado nos autos.

Hoje a empresa não possui condições de operar, haja vista a incapacidade de suportar os custos de produção e de logística. Apesar disso, possui crédito em relação a clientes inadimplentes, estoque e alguns maquinários.

Diante da impossibilidade de reversão do quadro, requer o recebimento e devido processamento do presente pedido de falência.

## **II – DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O PRESENTE PEDIDO**

No intuito de instruir o presente pleito, traz em anexo os documentos fiscais e contábeis, exigidos na forma do Art. 105 da Lei de Falências, quais sejam:

**I – Demonstrações contábeis referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais e compostas obrigatoriamente de:**

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração de resultados acumulados;
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
- d) relatório do fluxo de caixa;

**II – Relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos;**

Relação de credores	CNPJ	Endereço	Valor	NATUREZA
B.A Industria e Comércio de Molduras Eireli	15.217.575/0001-38	Rua Conego Valentin Oenning – Nº 2399 – Rio Bonito. Braço do Norte - SC. Cep: 88750-000	<b>R\$ 14.252,07</b>	FORNECEDOR
BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA	48.740.351/0001-65	ESTR SAO JOAO-CAXIAS, 1200 PARQUE ANALANDIA - SAO JOAO DE MERITI - RJ	<b>R\$ 2.037,96</b>	FORNECEDOR
HG Com - Junior Distribuidora	89.557.326/0001-28	Rua Dona Margarida 661 / Dep. 2 Navegantes Porto Alegre RS 90240611	<b>R\$ 2.155,86</b>	FORNECEDOR
Imprimax Indústria de Auto Adesivo	54.816.392/0001-90	R KARAM SIMAO RACY, 49 - K.11 V.ANCHIETA - PARQUE FONGARO - SAO PAULO - 04257110	<b>R\$ 2.880,53</b>	FORNECEDOR
Loggi Tecnologia LTDA	18.277.493/0001-77	Alameda Santos, 2400, CEP 01418-200 - Cerqueira César, São Paulo, SP	<b>R\$ 489,67</b>	FORNECEDOR
TNT Mercurio Cargas e Encomendas EXP	95.591.723/0002-08	AV Sertorio 6500, Sao Sebastiao / Porto Alegre RS CEP 91.050-900	<b>R\$ 10.766,37</b>	FORNECEDOR
JALE DISTRIBUIDORA LTDA	04.089.712/0001-80	Av. João Elustondo Filho, 555 - Sarandi, Porto Alegre - RS, 91140-450	<b>R\$ 315,00</b>	FORNECEDOR
Sergio Francisco Noveleto Textil EPP / Sumare ME	00.223.534/0001-87	Rua Hedy Madalena Bocchi, 221 - Jardim Florença, Sumaré - SP	<b>R\$ 280,50</b>	FORNECEDOR
GS1 Brasil - Associação Brasileira de Automação	53.197.141/0001-02	Rua Henrique Monteiro, 79 Pinheiros - São Paulo/SP CEP 05423-020	<b>R\$ 2.994,00</b>	FORNECEDOR
Claro NXT Telecomunicações S.A	66.970.229/0006-71	rua Gilberto Laste,52 cep 90850-300 Porto Alegre - RS	<b>R\$ 259,18</b>	FORNECEDOR

# FERNANDES MACHADO

business law

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	34.028.316/0026-61	Av. Independência, 990, Independência, Porto Alegre -RS	<b>R\$ 64.404,88</b>	FORNECEDOR
BANCO DO BRASIL S.A	00.000.000/0001-91	Rua Uruguai, 185, Centro Histórico, Porto Alegre - RS	<b>R\$ 45.915,30</b>	EMPRÉSTIMO
BANCO SANTANDER S.A.	90.400.888/0001-42	Rua 7 de Setembro, 1080, Centro Histórico, Porto Alegre - RS	<b>R\$ 138.232,23</b>	EMPRÉSTIMO
SICREDI	87.779.625/0001-81	Rua General Câmara, 250, Centro Histórico, Porto Alegre-RS	<b>R\$ 183.427,33</b>	EMPRÉSTIMO
UNIÃO – SIMPLES NACIONAL			<b>R\$ 347.975,10</b>	TRIBUTO
ESTADO RS – ICMS			<b>R\$ 1.543,53</b>	TRIBUTO
PGFN			<b>R\$ 728.488,65</b>	TRIBUTO
TOMAS DA SILVA FERNANDES	030.190.090-65	Rua Almirante Barroso, 270/205, Floresta, Porto Alegre-RS	<b>R\$ 16.248,92</b>	SÓCIO
Rafael da Silva Fernandes	030.321.070-24	Rua Jari, 740/1301, Passo D'Areia, Floresta, Porto Alegre-RS	<b>R\$ 672.287,58</b>	SÓCIO
TOTAL			<b>R\$ 2.234.954,66</b>	

**III – Relação dos bens e direitos que compõem o ativo, com a respectiva estimativa de valor e documentos comprobatórios de propriedade;**

- Créditos em relação a terceiros (clientes):

Devedor	Valor	Vencimento	Valor pendente
Adilton dos Reis Santos	R\$ 1.185,87	29/10/2019	R\$ 296,47
Carlos Alberto Dias Lagedo	R\$ 2.022,90	05/05/2019	R\$ 505,73
Carlos Alberto Dias Lagedo	R\$ 2.022,90	04/06/2019	R\$ 505,73
Carlos Alberto Dias Lagedo	R\$ 2.022,90	04/07/2019	R\$ 505,73
Cases Rio Com. de Equipamentos	R\$ 5.406,45	29/03/2020	R\$ 2.703,22
Cases Rio Com. de Equipamentos	R\$ 1.041,84	15/05/2020	R\$ 1.041,84

51 99204-2072 | 51 3231-8522

Rua Carlos Gardel, 55 - Bela Vista | Porto Alegre/RS - 90450-100  
www.fernandesemachado.com.br | contato@fernandesemachado.com.br

Jackson Pedro Zorzi	R\$ 993,52	29/12/2018	R\$ 444,26
Jackson Pedro Zorzi	R\$ 1.472,80	05/02/2019	R\$ 441,84
Jackson Pedro Zorzi	R\$ 1.472,80	07/03/2019	R\$ 441,84
Moldura e Arte Ltda	R\$ 2.515,82	15/05/2020	R\$ 628,95
Rosane Ensla de Souza	R\$ 1.792,42	15/03/2020	R\$ 597,48
Rosane Ensla de Souza	R\$ 1.792,42	30/03/2020	R\$ 597,47
Rosane Ensla de Souza	R\$ 1.792,42	28/04/2020	R\$ 597,47
VR De Oliveira Pereira ME	R\$ 2.709,89	22/07/2019	R\$ 903,30
VR De Oliveira Pereira ME	R\$ 1.984,87	09/09/2019	R\$ 663,62
VR De Oliveira Pereira ME	R\$ 1.984,87	09/10/2019	R\$ 661,62

## - Estoque:

ESTOQUES ARTE MANIACOS			
Item	Quantidade	Preço custo médio	valor estoques
CAPAS MODELOS DIVERSOS PARA IMPRESSAO E VENDA	6626	R\$ 2,00	R\$ 13.252,00
PELICULAS SILICONE/VIDRO PARA REVENDA	6081	R\$ 2,00	R\$ 12.162,00

## - Relação individualizada dos maquinários/equipamentos:

Equipamento	Valor de aquisição	Data da nota fiscal de compra	Emitente da NF
Máquina de impressao por jato de tinta MIMAKI	R\$ 29.899,99	25/072018	Mimaki Brasil

Máquina de impressao por jato de tinta	R\$ 48.000,00	01/04/2019	Grafitec
Máquina de impressao por jato de tinta	R\$ 60.000,00	13/06/2019	Avansat

#### IV – Prova da condição de empresário através do Contrato Social;

- Documento em anexo.

### III – DOS PEDIDOS

Diante de tudo exposto, requer:

1. seja deferido o processamento do presente pedido de falência e tomada de todas as ultteriores providências previstas no Art. 99 e Art. 105 da Lei de Falências;

2. Seja fixado o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 dias contados do pedido de falência ou do primeiro protesto por falta de pagamento, excluindo-se para esta finalidade, os protestos que tenham sido cancelados;

3. Seja concedido prazo para as habilitações de crédito, observado o disposto no § 1º no Art. 7 da Lei de Falências;

4. Seja ordenada:

4.1. A SUSPENSÃO das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócios-solidários, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;

**4.2.** A PROIBIÇÃO de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitam-se à recuperação judicial ou à falência, nos termos do Art. 6º da Lei de Falências;

**5.** Seja proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido, submetendo-o preliminarmente à autorização judicial e do comitê, se houver, ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor se autorizada a continuação provisória nos termos do inciso XI do caput do Art. 99 da Lei de Falências;

**6.** Seja ordenada ao Registro Público de Empresas que proceda à anotação da Falência no registro do devedor, para que conste a expressão “Falido”, na data da decretação da falência e inabilitação de que trata do Art. 102 da Lei de Falências;

**7.** Seja nomeado o administrador judicial, que desempenhará suas funções na formada do inciso I do Art. 22 da lei de Falências sem prejuízo do disposto no inciso II do Art. 35 da referida Lei.

**8.** Seja determinada a expedição de ofícios aos órgãos e repartições públicas e outras entidades para que informem a existência de bens e direitos do falido;

**9.** Seja determinada, quando entender conveniente, a convocação da assembleia-geral de credores para a constituição de comitê de credores, podendo autorizar a manutenção do Comitê eventualmente em funcionamento na decretação da falência.



10. Seja determinada a intimação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Publicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, para que tome conhecimento da falência;

11. Por sim, seja ordenada a publicação de edital contendo a íntegra da decisão que decreta a falência e a relação de credores.

Nestes termos, pede deferimento.

Valor da Causa: R\$ 11.567,50

Porto Alegre, 06 de abril de 2022.

Adv. Willian Cesar Prestes Machado.

OAB/RS 100.502